



Universidade Federal de Viçosa

CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL
PROF.DR. MATEUS NEVES

O Desempenho Econômico-Financeiro das Cooperativas de Crédito da Zona da Mata: Um
Estudo do Sicoob União e da Cresol Sudeste de Minas

Kheyffad Oliveira Nogueira – 85586

MARÇO/2018

Sumário

1. INTRODUÇÃO	3
1.1. O PROBLEMA E SUA IMPORTÂNCIA	3
1.2. HIPÓTESE	4
1.3. OBJETIVOS	4
1.3.1. OBJETIVO GERAL	4
1.3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	4
2. REFERENCIAL TEÓRICO	5
2.1. COOPERATIVAS DE CRÉDITO NO BRASIL	5
2.1.1. SISTEMA SICOOB E SISTEMA CRESOL	6
2.2. ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	7
3. METODOLOGIA	8
3.1. MODELO ANALÍTICO	8
3.2. FONTE DE DADOS	12
4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	13

1. INTRODUÇÃO

Atualmente, existem 6.655 cooperativas filiadas à Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), que juntas possuem aproximadamente 13,2 milhões de associados e empregam 376.795 pessoas. As cooperativas estão distribuídas em 13 ramos: Agropecuário, Crédito, Consumo, Educacional, Especial, Habitacional, Infraestrutura, Mineral, Produção, Saúde, Trabalho, Transporte e Turismo e Lazer (OCEMG,2017).

No estado de Minas Gerais, há 768 cooperativas filiadas ao Sistema OCB e que somam aproximadamente 1,5 milhões de associados e empregam 38.215 pessoas. Juntas em 2016, tiveram uma participação no Produto Interno Bruto (PIB) mineiro de 7,8%, o que representa R\$ 43,3 bilhões, sendo os ramos que mais influenciaram esse resultado o de Crédito (39,1%), Agropecuário (38,6%) e Saúde (18,7%) (OCEMG, 2017). Dessa forma, podemos observar que esses três principais ramos representam 96,4% de toda a movimentação econômica do sistema cooperativista mineiro.

1.1. O PROBLEMA E SUA IMPORTÂNCIA

De acordo com Pinheiro (2008, p.7), as cooperativas de crédito são:

“[...]instituições financeiras constituídas sob a forma de sociedade cooperativa, tendo por objeto a prestação de serviços financeiros aos associados, como concessão de crédito, captação de depósitos à vista e a prazo, cheques, prestação de serviços de cobrança, de custódia, de recebimentos e pagamentos por conta de terceiros sob convênio com instituições financeiras públicas e privadas e de correspondente no País, além de outras operações específicas e atribuições estabelecidas na legislação em vigor.”

Esses serviços prestados pelas cooperativas de crédito estão aumentando cada vez mais (BRESSAN et al, 2014), o que eleva a necessidade de análise e o monitoramento financeiro, visto que podem proporcionar uma maior segurança na tomada de decisão dos gestores e como Gollo e Silva (2014) destacam, é importante que a cooperativa tenha eficiência no desempenho econômico-financeiro para atender às necessidades e objetivos dos seus associados.

Estudos envolvendo indicadores econômico-financeiros em cooperativas de crédito no Brasil já são realizados por alguns autores como Gonçalves (2005), Bressan, et al (2011a), Bressan, et al (2011b), Oliveira e Bressan (2013), Gollo e Silva (2014), Bressan et al (2014),

Silva, Padilha e Silva (2015), Cunha, Oliveira e Gozer (2016), Reis e Fontes (2017), Magro, Michels e Silva (2017).

Além desses estudos, autores como Araújo e Silva (2011), Cordeiro, Bressan e Francisco (2017) e Kich e Campos (2018), a partir da utilização de indicadores econômico-financeiros, comparam cooperativas de crédito de diferentes sistemas. Esses, analisam um número maior de cooperativas, sendo que o presente estudo tem o intuito de trabalhar dois casos isolados.

Uma outra justificativa para tal pesquisa é a importância que essas cooperativas estão ganhando frente ao Sistema Financeiro Nacional (SFN). Em 2017, eram 967 cooperativas de crédito singulares que foram responsáveis por 2,97% do saldo das operações de crédito, 2,15% do total de ativos e 4,50% dos depósitos totais de todo o SFN, e somam cerca de 9,6 milhões de cooperados (BANCO CENTRAL, 2017).

Dessa forma, o presente estudo busca relacionar tanto a baixa aplicação de indicadores econômico-financeiros em pesquisas envolvendo cooperativas de crédito, quanto a comparação entre sistemas cooperativos. A partir disso, é levantado o seguinte questionamento: como se comportaram os indicadores econômico-financeiros do Sicoob União pertencente ao Sistema Sicoob e da Cresol Sudeste de Minas do Sistema Cresol, no período de 2013 a 2018?

1.2. HIPÓTESE

A hipótese é que independentemente das características de cada sistema – Cresol e Sicoob – que as duas cooperativas são vinculadas, os indicadores econômico-financeiros irão obter um comportamento parecido, ou seja, sem grandes discrepâncias nos resultados, acompanhando o desempenho desse setor.

1.3. OBJETIVOS

1.3.1. OBJETIVO GERAL

Avaliar o comportamento dos indicadores econômico-financeiros do Sicoob União e da Cresol Sudeste de Minas, no período de 2013 a 2018.

1.3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a. Avaliar as demonstrações financeiras do período de 2013 a 2018 e outros dados disponíveis das cooperativas selecionadas;
- b. Identificar os indicadores econômico-financeiros e aplicar nos dados disponíveis;

- c. Avaliar o desempenho econômico-financeiro a partir dos resultados obtidos; e
- d. Realizar um levantamento de estudos que aplicaram indicadores econômico-financeiros e comparar os dados obtidos.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. COOPERATIVAS DE CRÉDITO NO BRASIL

A primeira cooperativa do ramo crédito no Brasil, surgiu em 1902 na cidade de Nova Petrópolis (RS) e encontra-se em funcionamento até os dias de hoje, denominada “Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Pioneira da Serra Gaúcha – Sicredi Pioneira/RS” (PINHEIRO, 2008). O modelo foi incorporado “da Europa pelo Padre Theodor Amstad com o objetivo de reunir as poupanças das comunidades imigrantes e coloca-las a serviço do seu próprio desenvolvimento” (SCHARDONG, 2002, p.65).

Atualmente no Brasil, as cooperativas de crédito são autorizadas e monitoradas pelo Banco Central e são integrantes no Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC), que compõe o Sistema Nacional Financeiro (SNF). O SNCC é estruturado em três níveis: cooperativas de crédito singulares (1º grau), cooperativas de crédito centrais/federações (2º grau) e confederações/bancos cooperativos (3º grau).

As cooperativas de crédito singulares são aquelas que realizam a prestação de serviços diretamente aos associados. Já as centrais/federações são aquelas formadas pelas singulares com a finalidade de dar apoio as mesmas. Por fim, as confederações/bancos cooperativos que são formadas pelas centrais (Relatório de Economia Bancária, 2017).

Segundo a Resolução do Banco Central Nº 4.434 de 5 de agosto de 2015, as cooperativas de crédito se classificam em três categorias: plena, clássicas e de capital e empréstimo. A primeira são as cooperativas de crédito que podem realizar todas as operações que o Banco Central permitir. A segunda pode realizar todas as operações, exceto operar com variação cambial e derivados, possuir moedas estrangeira, além de outras restrições. As cooperativas de capital e empréstimo não podem realizar captação de recursos e nem depósito, sendo que seu recurso será apenas os capitados dos associados como capital integralizado.

Essas cooperativas fazem parte de sistemas de três ou de dois níveis ou não fazem parte de nenhum sistema, assim conhecidas como independentes. Dessa maneira, o SNCC é composto por quatro sistemas de três níveis, sendo esses o Sicoob, Sicredi, Cresol e Unicred. Os dois primeiros possuem seus próprios bancos, o Bancoob e Bansicred, respectivamente. Os dois

sistemas que fazem parte do presente estudo são o Sicoob que representa 48% das cooperativas singulares do Brasil e o Cresol que representa 11% (Banco Central, 2017).

2.1.1. SISTEMA SICOOB E SISTEMA CRESOL

O Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob) é constituído por cooperativas financeiras – 464 singulares, 16 centrais e 1 confederação – e de outras instituições de apoio – banco cooperativo (Bancoob), entre outras – para oferecer aos cooperados todo tipo de serviço bancário. Dessa forma, conta com mais de 4.01 milhões de cooperados, 2.769 pontos de atendimentos espalhados por todo Brasil, sendo o maior sistema financeiro cooperativo do país (Sicoob,2018; Banco Central, 2017).

De acordo com Búrigo (2006), o Sistema Sicoob e outros dois sistemas – Sicredi e Unicred – são norteados por uma performance fundamentada na profissionalização gerencial e acúmulo de recursos com o intuito de ganhos em escala, aproximando a estrutura cooperativa a cultura bancária.

Além disso, a Confederação Sicoob não é autorizada pelo Banco Central a realização serviços financeiros, visto que o sistema possui banco próprio para realizá-los. Com isso, a mesma tem por finalidade defender os interesses das centrais, impulsionando a padronização, supervisão e integração operacional, financeira, normativa e tecnológica, além de determinar as políticas e estratégias de comunicação e marketing (Banco Central, 2017; Sicoob,2018).

O Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária (Cresol) surge através da luta de famílias agricultoras pelo acesso ao crédito e participação de forma sustentável no desenvolvimento local. Esse sistema é o maior sistema de cooperativas de crédito rural solidário do Brasil, com 471 mil cooperados e 513 unidades de atendimento distribuídos em 15 estados do país, formado por 110 cooperativas singulares, 4 centrais e 1 confederação (Cresol Confederação, 2018; Banco Central, 2017).

Essas cooperativas de crédito rural solidário, surgem através de movimentos sociais entre os anos 1980 e 1990 e é possível dizer que estão consolidadas no cenário social e econômico do país, visando desestruturar o modelo de cooperativas de crédito tradicional que muitas vezes possuem uma cultura paternalista e presidencialista (BÚRIGO, 2006).

O Sistema Cresol representa um novo modelo de cooperativas de crédito no Brasil, pertencente ao cooperativismo solidário que não tem apenas a intenção de conseguir benefícios para seus associados, mas também buscar entender o máximo de pessoas do segmento

pertencente e fortalecer outras dimensões com aspectos sociais, culturais, políticos, dentre outros (BÚRIGO,2006).

Segundo Alves e Soares (2006), é possível estruturar os sistemas em dois perfis, verticalizado e horizontalizado. O primeiro caracterizado por uma estrutura piramidal, ou seja, cooperativas singulares como a base, as centrais na intermediária e as confederações no topo, com isso caminha na centralização e nos ganhos em escala. Já no segundo, a organização é formada através de redes com outras pequenas cooperativas que estão vinculadas apenas a uma central, sem outra instancia superior.

A partir disso, é possível mensurar a verticalização de um sistema cooperativo de crédito por meio da busca por eficiência, através das fusões e incorporações de cooperativas e no aumento do atendimento por meio de Postos de Atendimento Cooperativo (PAC's). A relação entre a quantidade de PAC's e a de cooperativas, gera o grau de verticalização de um sistema (ALVEZ e SOARES, 2006).

2.2. ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras são utilizadas pela diretoria da cooperativa, a fim de informar aos associados, credores, governo e a comunidade sobre atos e ações que vieram a ocorrer durante um determinado período a partir das situações patrimoniais e de resultado (ZDANOWICZ, 2007). Diante disso, as demonstrações financeiras com base nas regras contábeis proporcionam um acervo de dados sobre a organização, que devem ser transformados em informações, possibilitando analisar a relação entre ativo e passivo, como também o surgimento dos resultados vindos em determinado período, expressos no balanço patrimonial da cooperativa (BRESSAN et al, 2003; MATARAZZO, 2010).

Dentre as demonstrações financeiras, podemos destacar o balanço patrimonial (BP) que é composto pelos ativos, passivos exigíveis e o patrimônio líquido. O primeiro refere-se aos bens e direitos que a empresa possui, como por exemplo disponibilidades, aplicações financeiras, investimentos e imobilizado. Os passivos exigíveis são os deveres, ou seja, as obrigações que a empresa tem como por exemplo fornecedores e financiamentos. Já o patrimônio líquido, corresponde a diferença entre os ativos e os passivos exigíveis, que informam o capital investido, sejam estes vindo externamente ou internamente da empresa (MATARAZZO, 2010).

Outra demonstração financeira de extrema importância é a demonstração do resultado (DR). De acordo com Matarazzo (2010), esta é responsável por mostrar as variações positivas ou

negativas impactadas no patrimônio líquido pelos processos operacionais da empresa. Braga (2009), diz que a função da demonstração do resultado é descrever a partir das receitas, custos e despesas o resultado líquido, ou seja, a construção do resultado gerado em determinado período.

Todos esses dados fornecidos são elaborados pela contabilidade, que deve ser feita o mais próximo da realidade, pois irão auxiliar nas tomadas de decisão da cooperativa e na maioria das vezes, serão analisados através de indicadores financeiros extraídos do balanço patrimonial e das demonstrações de resultado (BRESSAN et al., 2003).

A partir disso, os dados vindos da contabilidade são transformados em informações através da análise econômico-financeira, tendo como objetivo verificar a integração do balanço patrimonial com a demonstração do resultado por meio da construção de indicadores que sejam pertinentes e funcionais de avaliação. É de extrema importância a elaboração de indicadores que sirvam de parâmetros para que seja realizada uma comparação entre outras cooperativas e também com outras organizações do mesmo setor (ZDANOWICZ, 2007).

3. METODOLOGIA

Com relação ao objetivo de pesquisa, o presente estudo é classificado como exploratório e descritivo. Segundo Gil (2002), essas classificações são realizadas com base no objetivo geral, em que a exploratória tem por função aperfeiçoar ideias ou o descobrimento de intuições e a descritiva que estabelece a relação entre variáveis ou detalha determina população ou fenômeno.

Com relação a técnica de pesquisa utilizada, o estudo é caracterizado como bibliográfico e estudo de caso. Sendo o primeiro, formulado a partir de livros e artigos científicos disponíveis, já o segundo permite um amplo e detalhado conhecimento através de uma pesquisa profunda e exaustiva de um ou mais objetos (GIL, 2002).

3.1. MODELO ANALÍTICO

Para execução do trabalho, serão analisados os dados contábeis, sendo estes o balanço patrimonial e a demonstração do resultado do período de 2013 a 2018 das Cooperativas de Crédito Sicoob União e Cresol Sudeste de Minas. Após a obtenção desses dados, será feito o deflacionamento dos valores, utilizando o Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) da Fundação Getúlio Vargas do período descrito (Quadro 1).

Quadro 1: Valores do IGP-M, 2013 a 2018

DATA	IGP-M
dez/13	538,370
dez/14	558,213
dez/15	617,044
dez/16	661,304
dez/17	657,859
dez/18	707,441

Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV)

O deflacionamento de preços é a eliminação do efeito inflacionário, a partir da determinação do valor real de um montante em uma data base, onde encontra-se com valores monetários de um período diferente, ou seja, posiciona os valores de diferentes datas em moeda de um período base (REIS e FONTES, 2017). Os autores ainda definem o Valor Deflacionado (Vd) pela seguinte fórmula:

$$Vd=(I_i|I_j)\times Vc$$

em que, I_i = índice de preço do ano i (ano base)

I_j = índice de preço do ano j

Vc = valor em moeda corrente ou valor nominal

Feito isso, será calculado os indicadores econômico-financeiros com base nos estudos de Gonçalves (2005) e Reis e Fontes (2017). Ao total serão analisados 17 indicadores que estão divididos em cinco grupos: i) Solvência, ii) Estrutura, iii) Despesa, iv) Rentabilidade e v) Crescimento.

Os indicadores de Solvência, segundo Gonçalves (2005, p.31) “analisam o grau de liquidez, avaliando a capacidade de pagamento da cooperativa ou sua capacidade de arcar com as obrigações contraídas junto a terceiros.” Os indicadores selecionados para esse grupo (Quadro 2) foram: Encaixe Voluntário, Cobertura Voluntária, Provisionamento, Comprometimento, Volume de Crédito, relação entre Depósitos Totais e Operações de Crédito e Reserva de Liquidez.

O indicador de Encaixe Voluntário proporciona a verificação da capacidade financeira imediata da cooperativa de crédito em arcar com possíveis saques contra depósitos e resultados elevados promovem maior segurança financeira, mas ao mesmo tempo afetam aplicações

rentáveis em empréstimos e financiamentos (ASSAF NETO, 2010). O indicador de Cobertura Voluntária, segundo Gonçalves (2005), analisa a relação entre as Disponibilidades com o Passivo Real e quanto maior o resultado, maior será a liquidez da cooperativa.

O Indicador de Provisionamento, mostra o quanto das operações de crédito da cooperativa estão atrasadas (inadimplentes) e quanto maior o resultado encontrado, maior será o risco da instituição, pois serão operações de baixa liquidez (GONÇALVES, 2005). Já o indicador de Comprometimento, mostra o quanto desse atrasado, ou seja, operações de crédito de liquidação duvidosa, estão comprometendo o patrimônio líquido (GONÇALVES, 2005).

O indicador de Volume de Crédito mostra a relação entre operações de crédito e patrimônio líquido, valores elevados indicam risco financeiro, mas podem também mostrar boa capacidade de captação de recurso de terceiros (REIS e FONTES, 2017). O indicador que mostra a razão entre Depósitos Totais e Operações de Crédito, relata o risco que a cooperativa possui ao aplicar recursos captados na forma de passivo circulante em Operações de Crédito, valores elevados indicam políticas de crédito mais restritas (REIS e FONTES, 2017).

Por fim, os indicadores de Reserva de Liquidez, que relaciona os ativos de maior liquidez, ou seja, os que podem ser transformado em dinheiro mais rápido, com os depósitos realizados pelos cooperados, mostrando a capacidade da cooperativa em atender a uma demanda alta de resgates dos sócios (GONÇALVES, 2005). Segundo Reis e Fontes (2017), quanto maior o resultado, menor será o risco de insolvência da instituição.

Quadro 2: Indicadores de Solvência

INDICADOR	FÓRMULA
Encaixe Voluntário	$\frac{\text{Disponibilidades}}{\text{Depósitos a Vista}}$
Cobertura Voluntária	$\frac{\text{Disponibilidades}}{\text{Passivo Real}^1}$
Provisionamento	$\frac{\text{Provisões de Crédito para liquidação Duvidosa}}{\text{Operações de Crédito}}$
Comprometimento	$\frac{\text{Provisões de Crédito para liquidação Duvidosa}}{\text{Patrimônio Líquido}}$
Volume de Crédito	$\frac{\text{Operações de Crédito}}{\text{Patrimônio Líquido}}$
Depósitos Totais X Operações de Crédito	$\frac{\text{Depósitos Totais}}{\text{Operações de Crédito}}$
Reserva de Liquidez	$\frac{\text{Ativos Líquidos}^2}{(\text{Depósitos à Vista} + \text{Depósitos à Prazo} + \text{Depósitos para Investimentos})}$

Fonte: Adaptado de Gonçalves (2005) e Neto (2012)

¹ Passivo Real = Passivo Total – Relações Interfinanceiras – Relações Interdependências

² Ativos Líquidos = Disponibilidades + Aplicações Interfinanceiras de Liquidez + Títulos e Valores Mobiliários + Relações Interfinanceiras

O próximo grupo são os Indicadores de Estrutura que têm como objetivo relacionar o capital próprio e de terceiros, indicando quantidade desses que é usado para financiar os ativos da cooperativa e a garantia dos capitais de terceiros. Os indicadores a serem analisados serão (Quadro 3): Capitalização, Alavancagem, Imobilização do Capital Próprio, Relação Depósitos Totais e Ativos Totais e Utilização de Capitais de Terceiros.

De acordo com Gonçalves (2005), a capitalização é um indicativo da relação entre o capital próprio e o capital total da instituição e quanto maior o valor, menor será o risco de insolvência. O indicador de Alavancagem, mostra a relação entre a captação total (passivo real – patrimônio líquido – diversos) e o capital próprio. A Imobilização do Capital Próprio indica o grau de recursos imobilizados em relação ao capital próprio (BORGES et al., 2014), e o Banco Central define que o valor máximo de 50% (Resolução do Banco Central N° 2.669 de 25 de novembro de 1999).

A razão entre Depósito Totais e Ativos Totais mostra a quantidade de recursos financiados com depósitos realizados pelos cooperados (GONÇALVES, 2005). O indicador de Utilização de Capitais de Terceiros informa o quanto de capital de terceiros a cooperativa usa em relação a seu capital total, sendo assim, quanto maior for o resultado, maior será o risco da instituição (GONÇALVES, 2005).

Quadro 3: Indicadores de Estrutura

INDICADOR	FÓRMULA
Capitalização	$\frac{\text{Patrimônio Líquido}}{\text{Passivo Real}^1}$
Alavancagem	$\frac{\text{Captação Total}^2}{\text{Patrimônio Líquido}}$
Imobilização do Capital Próprio	$\frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{Patrimônio Líquido}}$
Depósito Totais X Ativos Totais	$\frac{\text{Depósito Totais}}{\text{Ativos Totais}}$
Utilização de Capitais de Terceiros	$\frac{\text{Capital de Terceiros}^3}{\text{Passivo Total}}$

Fonte: Adaptado de Gonçalves (2005) e Neto (2012)

¹ Passivo Real = Passivo Total – Relações Interfinanceiras – Relações Interdependências

² Captação Total = Passivo Real – Patrimônio Líquido – Diversas

³ Capital de Terceiros = Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

O indicador de Despesas mostra a relação entre as despesas totais e a captação total da cooperativa, ou seja, o volume gasto para prestar os serviços financeiros em razão ao total que é captado em forma de depósitos. Segundo Gonçalves (2005), esse indicador deve ter um valor menor possível, pois quanto maior o valor, maior será o risco de liquidez.

Quadro 4: Indicador de Despesas

INDICADOR	FÓRMULA
Despesas Totais X Captação Total	$\frac{\text{Despesas Totais}}{\text{Captação Total}}^1$

Fonte: Adaptado de Gonçalves (2005)

¹Captação Total = Passivo Real – Patrimônio Líquido – Diversas

No Quadro 5, o indicador de Rentabilidade do Patrimônio Líquido representa o retorno percentual obtido pelos sócios como consequência de uma eficiente gestão do negócio, assim, esse indicador mostra para cada R\$1 investido, o retorno auferido pelo sócio (ASSAF NETO, 2012). No caso das cooperativas, deve-se haver um entendimento de que os sócios são também, os “clientes” da instituição e que valores baixos podem ser decorrentes de benefícios aplicados a esses sócios durante o exercício.

Quadro 5: Indicador de Rentabilidade

INDICADOR	FÓRMULA
Rentabilidade do Patrimônio Líquido	$\frac{\text{Resultado Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}}$

Fonte: Adaptado de Gonçalves (2005)

Os indicadores de Crescimento (Quadro 6), de acordo com Gonçalves (2005) são alcançados através da comparação de períodos sucessivos da cooperativa. Serão considerados indicadores de crescimento da Operação de Crédito, Captação Total e do Ativo Total.

Quadro 6: Indicadores de Crescimento

INDICADOR	FÓRMULA
Evolução das Operações de Crédito	$\frac{\text{Operações de Crédito do Último Período}}{\text{Operações de Crédito do Período Anterior}}$
Evolução da Captação Total	$\frac{\text{Captação do Último Período}}{\text{Captação do Período Anterior}}$
Evolução do Ativo Total	$\frac{\text{Ativo Total do Último Período}}{\text{Ativo Total do Período Anterior}}$

Fonte: Adaptado de Gonçalves (2005)

3.2. FONTE DE DADOS

A coleta das demonstrações financeiras do período de 2013 a 2018 e outros dados sobre as cooperativas, serão coletados diretamente com as mesmas e no próprio site dos Sistemas que elas estão vinculadas e do Banco Central. Para a pesquisa referencial, serão usados livros, artigos científicos e anuais para entender melhor sobre o cooperativismo de crédito no Brasil, seus sistemas e as análises financeiras.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, S. D. da S.; SOARES, M. M. **Microfinanças**: Democratização do crédito no Brasil: atuação do Banco Central. 3. Ed. Brasília: BCB, 2006. 91p.

ARAÚJO, E. A. T.; SILVA, W. A. C. Cooperativas de crédito: a evolução dos principais sistemas brasileiros com um enfoque em indicadores econômico-financeiros. **Contextus**, v. 9, n. 1, p. 117-126, jan./jun. 2011.

ASSAF NETO, A. Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Panorama do sistema nacional de crédito cooperativo**: Data-base: dezembro/2017. Brasília, 2018. 23 p.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Dispõe sobre a constituição, a autorização para funcionamento, o funcionamento, as alterações estatutárias e o cancelamento de autorização para funcionamento das cooperativas de crédito e dá outras providências. Resolução do Banco Central n 4.434 de 5 de agosto de 2015. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/48507/Res_4434_v2_L.pdf>. Acesso em 30 de outubro de 2018.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de economia bancária**. Brasília: BCB, 2017. 137p.

BÚRIGO, F. L. Finanças e solidariedade: o cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 312-349, 2006. Disponível em: <<http://emate.paginas.ufsc.br/files/2016/06/279-728-1-PB.pdf>>. Acesso em: 6 de nov. de 2018.

BRASIL. Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5764.htm>. Acesso em: 30 de outubro de 2018.

BRESSAN, V. G. F.; BRAGA, M. J.; BRESSAN, A. A. Avaliação financeira das cooperativas de crédito rural do estado de Minas Gerais. **Organizações Rurais & Agroindustriais – Revista de Administração da UFLA**. Lavras, v.5, n. 2, p. 21-35, jul./dez. 2003.

BRESSAN, V. G. F.; et al. Uma proposta de indicadores contábeis aplicados às cooperativas de crédito brasileiras. **Revista de Contabilidade e Controladoria**, Curitiba, v. 2, n.4, p.58-80, set./ dez. 2010.

BRESSAN, V. G. F.; et al. Uma aplicação do sistema PEARLS às cooperativas de crédito brasileiras. **Revista de Administração - RAUSP**, São Paulo, v. 46, n. 3, p. 258-274, jul./set. 2011 (a).

BRESSAN, V. G. F.; et al. Avaliação de insolvência em Cooperativas de Crédito: uma aplicação do Sistema PEARLS. **RAM - Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 113-144, mar./abr. 2011 (b).

BRESSAN, V. G. F.; et al. Quais indicadores contábeis financeiros do sistema PEARLS são relevantes para análise de insolvência das cooperativas centrais de crédito no Brasil?. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 25, n. 1, p. 74-98, jan./abr. 2014

CORDEIRO, F. A.; BRESSAN, V. G. F.; FRANCISCO, J. R. de S. Características do desempenho financeiro de sistemas de cooperativas de crédito do Brasil. In. SEMEAD: Seminários em Administração, 20, 2017, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo, FEA/USP, 2017. Disponível em: <<http://login.semead.com.br/20semead/anais/arquivos/1467.pdf>> . Acesso em: 8 de nov. de 2018.

CUNHA, P. V. S.; OLIVEIRA, W. C. de; GOZER, I. C. Análise de desempenho das cooperativas de crédito do estado do Paraná: aplicação do sistema Pearls. **Rev. Ciênc. Empres. UNIPAR**, Umuarama, v. 17, n. 1, p. 131-153, jan./jun. 2016.

CRESOL. **Conheça a Cresol**. Disponível em: <<https://www.cresol.com.br/site/conheca-a-cresol/>>. Acesso em: 6 de nov. de 2018.

CRESOL CONFEDERAÇÃO. **Quem somos**. Disponível em: <<http://www.cresolconfederacao.com.br/institucional.php?idnt=4&modulo=6&idmen=5>>. Acesso em: 6 de nov. de 2018.

Consulta. Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <<http://www14.fgv.br/fgvdados20/Consulta.aspx>>. Acesso em 04 de fev. de 2019

GOLLO, V.; SILVA, T. P. Eficiência global no desempenho econômico-financeiro de cooperativas de crédito brasileiras. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 9, n. 25, p. 43-55, 2015.

GONÇALVES, R. M. L. **Condicionantes do Risco de Liquidez em Cooperativas de Economia e Crédito Mútuo do Estado de Minas Gerais**. 2005. 118 f. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2005.

KICH, M. C.; CAMPOS, C. G. Desempenho das cooperativas de crédito Sicoob e Unicred: um estudo dos índices econômico-financeiro entre o período de 2013 a 2015. **Revista Borges: ciências sociais aplicadas em debate**, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 25-49, jul. 2018.

MATARAZZO, D. C. **Análise financeira de balanços: abordagem gerencial**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010. 372p.

OLIVEIRA, P. H. M. de; BRESSAN, V. G. F.; BRESSAN, A. A. Existe diferença no desempenho financeiro das cooperativas centrais de crédito no Brasil?. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, João Pessoa, v. 2, n. 2, p. 40-54, mai./ago. 2014.

PINHEIRO, M. A. H. **Cooperativas de crédito: história da evolução normativa no Brasil**. 6. ed. Brasília: BCB, 2008.92 p.

REIS, B. S. E FONTES, E. A. Análise da Eficiência Sócio Financeira de uma Cooperativa de Crédito de Minas Gerais. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas**, Santa Maria, v.4, n.8 jul./dez. 2017.

RICHARDSON, D. C. PEARLS Monitoring System. **World Council of Credit Unions**. Toolkit series number 4. April, 2009. Disponível em: <https://www.woccu.org/documents/pearls_monograph>. Acesso em: 29 de out. 2018

SICOOB. **Apresentação**. Disponível em: <<http://www.sicoob.com.br/o-sicoob/apresentacao>>. Acesso em : 6 de nov. de 2018.

SILVA, A. da; PADILHA, E. S.; SILVA, T. P. da. Análise da performance econômico-financeira das 25 maiores cooperativas de crédito brasileiras. **Desenvolvimento em Questão**, Editora Unijuí, ano 13, n. 32, p. 303-333, out./dez. 2015.

SISTEMA OCEMG. **Anuário 2017 de informações econômicas e sociais do cooperativismo mineiro**. Minas Gerais, 2017. 118 p.

SCHARDONG, A. **Cooperativa de crédito**: instrumento de organização econômica da sociedade. Porto Alegre: Rigel, 2002. 128 p.

ZDANOWICZ, J. E. **Manual de finanças para cooperativas e demais sociedades**. Porto Alegre: Dora Luzzatto, 2007. 232p.